

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.014 - RS (2019/0130887-8)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO PARANÁ
ADVOGADOS : ANDREY SALMAZO POUBEL - PR036458
AMANDA BUSETTI MORI SANTOS E OUTRO(S) - PR053393
AGRAVADO : ALAOR CACIANO FREITAS
ADVOGADO : HIGOR OLIVEIRA FAGUNDES - PR044076

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO SUBMETIDO AO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A decisão hostilizada não conheceu do agravo em recurso especial por entender que não foram impugnados os fundamentos de não cabimento de recurso especial para discutir violação a norma constitucional; ausência de prequestionamento e incidência da Súmula 283/STF.

2. Em que pese as razões do presente agravo, é de ser mantida a decisão agravada, tendo em vista o entendimento firmado pela Corte Especial no julgamento dos EAREsp 701.404/SC (Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 30/11/2018), segundo o qual todos os fundamentos lançados no juízo de admissibilidade devem ser objetivamente impugnados pela parte agravante.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator